

# CONTRA SÓCRATES



Lúcio Marques  
Organizador



Editora Fundação Fenix

No Brasil, a história testemunha quatro grandes tentativas de silenciar o pensamento e, principalmente, o ensino de humanidades: a primeira, os processos de conquistas material (domínio territorial e escravidão dos corpos de povos originários e africanos), espiritual (redução das populações à condição de bárbaros carentes de colonização, catequização, civilização e redução educacional) e simbólica (destruição e supressão completa dos vestígios culturais e históricos dos povos originários e africanos) que culminaram na imposição da cultura eurocêntrica totalitária em detrimento do *dominium* dos corpos e territórios pelas duas populações e consequente redução de seus corpos à condição de *usum* nos meandros da máquina escravocrata; a segunda, a expulsão dos jesuítas e o desmonte das estruturas de ensino no período colonial por obra do Marquês de Pombal não apenas colapsou o ensino quanto ocultou historicamente as fontes documentais por um longo período, além da recusa lusitana em estender o ensino de algumas faculdades à América Portuguesa; a terceira, a redefinição e/ou exclusão do ensino de ciências humanas durante a ditadura militar (1964-85) mediante a imposição de um sistema “militarizante” de conhecimento e a revisão completa dos conteúdos com permissão de ensino; enfim, a quarta encontra-se em curso, por um lado, através da flexibilização da oferta de humanidades na forma de ensino a distância (EaD) imposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, por outro, a tentativa do atual ministro da Educação e do presidente que ameaçam cortar recursos das ciências humanas e sociais (em maio de 2019) em benefício de ciências que, segundo eles, teriam maior impacto social. Nesse cenário, complexo e diversificado, os autores dos escritos ora reunidos foram interpelados por esta questão: *por que o Estado não suporta Sócrates?*

***Contra Sócrates***

## Série Filosofia

### **Conselho Editorial**

---

Agemir Bavaresco

Draiton Gonzaga de Souza

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Ingo Wolfgang Sarlet

Rosemary Sadami Arai Shinkai

Norman Roland Madarasz

Nythamar Hilário Fernandes de Oliveira Junior

Fábio Caprio Leite de Castro

Nelson Costa Fossatti

Evandro Pontel

Jair Inácio Tauchen

Isis Hochmann de Freitas

***Contra Sócrates***

**Lúcio Álvaro Marques**  
(Organizador)



Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2019



Direção editorial: Agemir Bavaresco

Diagramação: Editora Fundação Fênix

Capa: Editora Fundação Fênix

Imagem da capa by <https://md.uninta.edu.br/geral/filosofia-v2/>

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –

[Http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Série Filosofia – 08

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

MARQUES, Lúcio Álvaro (Org.).

Contra Sócrates. MARQUES, Lúcio Álvaro (Org.), Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2019.

210p.

ISBN – 978-65-81110-08-6

DOI –

Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br>

CDD-100

---

1. Filosofia. 2 Educação. 3. Sócrates. 4 Ética.

Índice para catálogo sistemático – Filosofia e disciplinas relacionadas – 100

## 7. UMA APOLOGIA DA FILOSOFIA

*Rodrigo Reis Lastra Cid<sup>1</sup>*

Este livro fala sobre a recepção da filosofia pela cidade. O objetivo deste capítulo é mostrar que a filosofia é essencial para a manutenção da segurança humana de nossas cidades. A importância dessa apologia da filosofia é justamente desfazer uma concepção comum, porém errônea, da natureza e das desvantagens dessa disciplina e fundamentar politicamente sua existência. Para fazermos isso, apresentaremos uma caracterização de filosofia e algumas das mais importantes críticas ao seu desenvolvimento no seio da cidade, e mostraremos que elas não se sustentam. Posteriormente, abordaremos o conceito de segurança humana, construído por Amartya Sen e Obuchi Keizo, e indicaremos como a filosofia é fundamental para a sua preservação.

### 1. Uma Caracterização de Filosofia

Antes de começarmos a nossa apologia da filosofia, temos de ensaiar alguma caracterização, a fim de que o leitor saiba sobre o que estamos falando. Muitas definições e caracterizações de filosofia foram construídas ao longo da história da filosofia. A que apresentaremos tem a intenção de apreender a maior parte daquilo que foi desenvolvido sob essa nomenclatura. Falamos “a maior parte” em vez de “tudo”, pois saber qual é a natureza da filosofia é, por si mesmo, um problema filosófico; e, dada a natureza argumentativa da filosofia, é possível que sempre consigamos algum contra-exemplo para qualquer definição ou caracterização que ensaiemos. De todo modo, diríamos que a filosofia é uma disciplina que tenta resolver problemas filosóficos. Mas falar desse modo seria circular, se não explicássemos o que são problemas filosóficos. Tais problemas são justamente aqueles só poderiam ser resolvidos por argumentação, e não por experimentos ou cálculos. Então, a filosofia seria a disciplina que investiga aqueles problemas que só poderiam ser solucionados (se é que o poderiam) argumentativamente.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto de Filosofia na Universidade Federal do Amapá. Doutor e Mestre em Lógica e Metafísica (Filosofia) pelo Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica da UFRJ.



É difícil fazer uma defesa dessa caracterização em tão poucas páginas, mas nossa intenção é que ela nos permita ver que há uma diferença entre a filosofia e as outras disciplinas no que diz respeito ao modo como se dão as suas investigações, ou que, pelo menos, podemos traçar essa distinção com finalidades pedagógicas. Falando de modo bem bruto, as ciências formais, como a aritmética e a geometria, podem resolver os problemas que investigam por meio de cálculos; enquanto as ciências empíricas, como a física e a química, podem resolver os problemas que investigam por meio de experimentos ou de alguma maneira empírica. Supostamente, as disciplinas das ciências humanas, como a história e a sociologia, e com exceção da filosofia, também resolvem seus problemas empiricamente; afinal, por exemplo, aceitamos certa historiografia em detrimento de outra quando há evidências empíricas a seu favor. Por outro lado, os problemas filosóficos não são solucionáveis por nenhum experimento possível e por nenhum cálculo que fizermos. Eles são problemas profundos, cuja solução geralmente é dependente da aceitação de certos princípios que, por sua vez, geram muita divergência e não poderiam ser aceitos sem que antes argumentemos cuidadosamente a favor deles.

Enquanto a física pode provar que os corpos de tamanhos e pesos distintos não caem em velocidades distintas, ao apresentar dois corpos de tamanhos e pesos distintos que caem na mesma velocidade, não há experimento algum nem nenhum cálculo possível, para provar que roubar dos ricos para dar aos pobres é correto (ou incorreto)<sup>2</sup>. Para mostrarmos que algo é correto, precisamos defender uma concepção de bem, o que envolve defender certos valores morais, o que, por sua vez, envolve rejeitar o relativismo moral e assim por diante; e tudo isso só pode ser feito por meio de argumentação. Como provar que Deus existe? Como rejeitar que a vida tenha sentido? Como defender a obediência ou a desobediência às leis? Como defender que somos responsáveis por nossas ações? Todos esses problemas filosóficos não podem ser solucionados por cálculos e nem por nenhum experimento, e suas respostas envolvem uma construção teórica, sustentada em argumentos.

O problema aqui é que parece que as outras disciplinas também são construções teóricas sustentadas por argumentos; afinal, trocamos uma teoria por outra, no domínio das ciências, por uma série de argumentos, de modo que se torna difícil uma

---

<sup>2</sup> Leibniz discordaria de nós, por pensar que é possível criar um cálculo ou uma lógica, para resolver os problemas filosóficos simplesmente calculando. Tal cálculo nunca foi construído e nem temos em vista como construí-lo.

distinção precisa entre a filosofia e as outras ciências. Poderíamos tentar dizer que os argumentos científicos são construídos com premissas empíricas; mas, além de isso nem sempre ser o caso – como quando lidamos com ciências formais –, alguns argumentos filosóficos também usam premissas empíricas. Talvez aqui possamos apontar para o *papel* das premissas empíricas nos argumentos e dizer que, na filosofia, nenhuma premissa empírica *resolve* o problema que está sendo investigado. Poder-se-ia objetar que, nem nas ciências, uma premissa empírica sozinha resolve a questão, dado que toda observação pressupõe teoria e que, conseqüentemente, as premissas empíricas estão carregadas de premissas não empíricas definicionais (a proposição observacional “esta folha é verde”, por exemplo, pressupõe a definição de folha, isto é, pressupõe certa categorização e classificação).

Além disso, conforme dissemos, as ciências formais ainda apresentam uma dificuldade, pois, nelas, as premissas empíricas certamente não resolvem a questão. E não está nada claro que seja possível realizar uma distinção fina entre cálculos e argumentos; afinal, o logicismo tentava sustentar que toda aritmética é redutível à lógica, de modo que os próprios cálculos seriam redutíveis a operações lógicas com teoria dos conjuntos. Sabendo disso tudo e sabendo do fracasso do logicismo, ousamos manter que há (ou que podemos traçar, ao menos para fins didáticos) algum tipo de distinção entre a argumentação no cálculo e nas ciências empíricas e a argumentação na filosofia. Até as questões das matemáticas e da física, quando se tornam questões últimas, de fundamentação argumentativa de seus pressupostos, passam a integrar a filosofia da matemática ou a filosofia da física.

Como todas as ciências têm problemas que só poderiam ser resolvidos, se é que o poderiam, por argumentação, e não por experimentos ou cálculos, todas as ciências têm problemas filosóficos, de modo que há a filosofia da história, a filosofia da matemática, a filosofia da psicologia, a filosofia política, a filosofia do direito, a filosofia da biologia, a filosofia da medicina etc. 1. Como decidir se vírus e outros organismos são vida? A filosofia da biologia nos forneceria alternativas teóricas. 2. Existem, de fato, doenças ou são meras manifestações naturais do corpo, expressões de um sistema holístico? Essa seria uma investigação da filosofia da medicina. 3. Poderia uma função de onda da física ser a constituição fundamental da realidade? Essa seria uma questão para a filosofia da física. 4. Os testemunhos e documentos podem ser considerados fontes de conhecimento confiáveis na investigação histórica? Aqui a disciplina em causa seria a epistemologia da história. 5. Como as matemáticas parecem “funcionar”

na realidade, se os objetos abstratos das matemáticas não existem concretamente na realidade? Essa seria uma questão clássica de filosofia da matemática. Essas são questões de fundamentação teórica de cada uma dessas ciências, mas que são investigadas pelo filósofo daquela disciplina, que muitas vezes também é físico, matemático, psicólogo, historiador...

Além das questões “retiradas” das ciências, a filosofia também tem as suas próprias questões. Podemos dividir a filosofia basicamente em três áreas filosóficas e uma área técnica, respectivamente: metafísica, epistemologia, teorias do valor e lógica. A lógica seria necessária como uma área técnica, já que é a disciplina que investigaria, entre outras coisas, a argumentação válida, e a filosofia seria uma disciplina intrinsecamente argumentativa. Se não soubermos como argumentar bem, nossos problemas não poderão ser adequadamente resolvidos. A metafísica, por sua vez, é uma investigação substantiva sobre aquilo que existe de mais fundamental na realidade; enquanto a epistemologia já é uma investigação sobre como adquirimos conhecimento sobre aquilo que existe na realidade. Nas teorias do valor, inseriríamos tanto a ética quanto a estética, mas faríamos a indicação de que parte da ética, a saber, a metaética (e seu correlato estético), é um misto de metafísica com epistemologia do valor, supostamente falando sobre o valor de modo não normativo, já que se pergunta sobre a existência e a conhecibilidade do valor moral; enquanto as outras partes – a ética normativa e a ética prática – são normativas, dado que discutem o critério pelo qual atribuímos valor às coisas e quais são as coisas têm valor, dizendo-nos assim como agir. Dentro das teorias do valor, enquanto a ética lidaria com o valor do bom e do mau, do correto e do incorreto, do justo e do injusto (de modo geral, com o permissível e o impermissível), a estética lidaria com o valor do belo e do feio (e seus correlatos) e se dividiria da mesma forma que a ética. Conforme aludimos, outras sub-áreas, como filosofia política, filosofia do direito, filosofia da educação, filosofia da física, filosofia da lógica etc., são disciplinas filosóficas compostas de questões de metafísica, de epistemologia, de teoria do valor e de consistência com relação às disciplinas de onde originalmente essas questões surgem, como a política, o direito, a pedagogia, a física, a lógica etc.

É pelo fato de a filosofia ser composta de suas disciplinas próprias e por parte das questões de cada uma das ciências que ela tem a característica peculiar de construir uma *visão de mundo* – o que não é compartilhado por disciplinas como matemática, física, química ou história. Nossas respostas éticas e políticas se envolvem com nossas

questões metafísicas e epistemológicas, que têm implicações para questões estéticas, e assim por diante. A filosofia fornece-nos uma visão holística (talvez várias) do mundo que nos cerca e de nós dentro desse mundo. Cada uma das ciências nos dá apenas uma visão parcial da realidade: sobre as relações entre as quantidades, sobre o movimento, sobre as substâncias químicas ou sobre a história humana; porém nenhuma delas nos dá uma visão do mundo que vai desde a sua existência e a sua composição concreta e abstrata até a explicação da consciência, das ações e de Deus, se houver algum.

A filosofia parece uma disciplina muito abrangente e de difícil precisão na distinção com outras disciplinas acadêmicas investigativas. Como nossa intenção aqui é somente fornecer uma caracterização didática, e não propriamente uma definição, a fim de que o leitor possa seguir conosco na argumentação pela fundamentalidade da filosofia na manutenção da segurança humana, não exauriremos esse tema, seguiremos com essa caracterização, tendo esclarecido suas maiores dificuldades. Afinal, ela permite uma distinção, ainda que imprecisa, entre a filosofia e as outras disciplinas que se dedicam à busca do conhecimento. Além disso, ela nos permitirá tanto abordar algumas críticas à filosofia quanto construir algumas respostas às mesmas.

## **2. Críticas à Filosofia (ontem e hoje)**

À primeira vista, não parece haver nada de mau com uma disciplina que investiga argumentativamente questões que só poderiam ser respondidas por meio da argumentação; mas, quando observamos a história da filosofia, percebemos que os filósofos por muitas vezes foram mal recebidos: desde os incêndios às escolas pitagóricas e a condenação de Sócrates à morte até a imolação de Giordano Bruno e as tentativas contemporâneas de desqualificar a filosofia e de removê-la do setor público. Se a filosofia, ainda hoje, sobrevive no seio da cidade, isso não é sem dificuldades.

Os gregos antigos, criadores históricos da filosofia, foram os primeiros a tentar exterminá-la. Mas por que isso teria acontecido? E teriam eles boas razões? Caso eles não tenham boas razões, seriam boas as razões que se colocam atualmente contra a filosofia?

Para respondermos tais questões, temos de realizar uma digressão e falar um pouco de um certo filósofo da Antiguidade: Sócrates, professor de Platão. Ele tem uma característica exemplar para a nossa discussão, pois a consequência da recepção de sua

investigação filosófica pela cidade de Atenas foi sua condenação à morte. Na *Apologia de Sócrates*, de Platão (1997), Sócrates é julgado pelos supostos crimes de impiedade, que é o desprezo aos deuses da cidade, e de corrupção da juventude. E seus acusadores são Meleto, representante dos poetas (que, na sociedade grega da época, tinha um status religioso, dado que transmitiam os mitos sobre as divindades), Ânito, político e representante dos artesãos (de fato, ele era um dos líderes do partido democrata, o que dá certo peso político-partidário à condenação de Sócrates), e Lícon, na figura do orador.

Como nos lembra Moraes (2018), a ideia que Platão parece querer passar é a de que o modo de investigação socrática abalou as estruturas de Atenas, por mostrar que as maiores autoridades da cidade são ignorantes de aspectos essenciais sobre aquilo que desenvolvem: por mostrar que um general não sabe o que é a coragem, que um rapsodo (que canta os mitos do poeta) não conhece sua técnica, que um religioso não sabe o que é a piedade (o bem). O problema da filosofia é que ela acaba por mostrar que somos muito mais ignorantes sobre as coisas de o que pensamos ser, e pior, acaba por mostrar que as autoridades em que geralmente confiamos são muito mais ignorantes de o que gostaríamos ou esperaríamos que elas fossem. Mostrar que as autoridades são ignorantes ou estão erradas é um mecanismo eficiente para ter o desprezo ou a fúria das autoridades, principalmente se estivermos em uma sociedade autoritária. Sócrates não estava em uma sociedade autoritária no estilo tirânico; de fato, sua sociedade era democrática para os cidadãos – homens livres –; mas era autoritária em outro sentido, dado que prescrevia a pena capital para crimes como impiedade e corrupção da juventude e dado que a condenação se deu por meio de provas circunstanciais e provavelmente (se Platão estiver descrevendo verdadeiramente o ocorrido) com a intenção política de exterminar alguém que deslegitimava a autoridade do discurso das autoridades.

Por que Sócrates teria sido acusado de impiedade e corrupção da juventude? O que foi dito foi que Sócrates não ligava para as tradições da cidade e que não acreditava nos deuses, já que questionava pontos basilares das tradições. Além disso, ele conversava pela cidade com inúmeros atenienses, muitos deles jovens, que, impressionados pelas capacidades reflexivas socráticas, acabavam multiplicando seu tipo de investigação filosófica. De fato, Sócrates não pareceria ter nada contra os deuses da cidade, porém não se deixava limitar na reflexão, ainda que a reflexão fosse, por exemplo, sobre a relação voluntarista entre deus e o bem. A multiplicação da

investigação filosófica entre os jovens era pensada como corrupção da juventude, pois tais jovens chegavam a questionar os próprios fundamentos ontológicos, epistemológicos, éticos e políticos da cidade e da religião.

Atualmente, no Brasil, parece que as coisas não mudaram tanto: intrigantemente, os acusadores da filosofia são praticamente os mesmos: uma parcela dos religiosos, uma parcela dos políticos (e, com eles, uma parcela da população trabalhadora) e uma parcela dos oradores, na forma de *youtubers*. Na Antiguidade, um filósofo foi julgado e condenado à morte em virtude de sua atividade de investigação filosófica. Desta vez, não apenas um filósofo está em julgamento, mas toda a disciplina da filosofia: no ensino médio, ela tornou-se opcional e, no ensino superior, há um debate sobre a relevância do seu financiamento público numa época de crise. O que certas autoridades estatais têm em mente é expurgar a filosofia (e algumas outras disciplinas) da máquina pública. O que elas pensam é que a filosofia possui uma doutrina política e religiosa específica, a saber, que ela é politicamente de esquerda (para alguns, comunista) e ateísta; e que sua existência no seio das universidades corrompe os jovens, ao fazê-los aceitar uma ideologia que vai contra os valores morais e religiosos da sociedade e os influencia a abandonarem suas tradições. Mais de 2500 anos se passaram e, guardadas as devidas proporções, as críticas e os acusadores são basicamente os mesmos que se colocavam contra Sócrates. Embora os contextos sejam distintos e talvez também o modo como a filosofia é feita, há algo que permanece o mesmo no fundamento das críticas de seus acusadores passados e contemporâneos, a saber, a segurança da cidade. Todos eles dizem estar preocupados com a segurança da cidade e acreditam que a filosofia promove a insegurança.

O que podemos nos perguntar agora é: teriam alguma razão os acusadores de Sócrates e os acusadores contemporâneos da filosofia? É claro que, num certo sentido, a filosofia estremece as tradições, por meio da aceitação da simples verdade metodológica de que crenças têm de ser justificadas. O problema aqui é que é bem provável que a maior parte das nossas tradições não esteja justificada. O quão legítima é a existência do Estado? Têm os sacerdotes oficiais acesso especial ao divino? Qual das muitas divindades pelo mundo é existente, se é que alguma delas o é? Existe alguma responsabilidade que fundamente o aprisionamento de criminosos? Qual forma de governo devemos seguir? Todas essas perguntas filosóficas são difíceis de responder e, se respondidas (ou, por vezes, se meramente questionadas), podem abalar as tradições de qualquer sociedade, levando-a a um caminho de insegurança social,

política e/ou econômica. Mas podem também não abalar, de acordo com a natureza das respostas ou de acordo com a natureza da própria sociedade em que essas perguntas se desenvolvem. Sociedades acostumadas à reflexão e que têm consciência de sua própria falibilidade e ignorância não têm medo de colocar suas crenças à prova e de revê-las, se necessário. É por meio da crítica às nossas crenças que podemos formular crenças mais resistentes, que fundamentem de modo racional as nossas atitudes, tanto no nível individual quanto no nível social. A filosofia não apenas destrói crenças não justificadas, mas ela nos ajuda a construir todo um edifício de crenças justificadas.

Isso não significa, é claro, que a filosofia doutrina os cidadãos por meio das justificações. A juventude não é corrompida pela filosofia (nem as crianças, nem os adultos e nem os idosos). A filosofia não doutrina, não corrompe, pois, para doutrinar, é preciso ter uma doutrina específica, e ela não tem uma doutrina específica, seja ela religiosa, ética ou política. A filosofia constrói teorias para lidar com certos problemas, mas não é hábito haver concordância entre todos os teóricos que investigam os mesmos problemas. Na verdade, o *desacordo* é amplo e generalizado na filosofia. Desse modo, há sempre teorias divergentes, cada uma sendo defendida por diferentes filósofos, e nenhuma delas é transmitida como a doutrina verdadeira. Basta pegarmos qualquer tese de filosofia e veremos que seus capítulos iniciais costumam falar das teorias anteriores e das razões para pensarmos que elas não funcionam, para apenas no último haver uma defesa de uma teoria original com apresentação de todas as dificuldades da mesma. De todo modo, *todas* as teorias estão sob a sombra da dúvida e *todas* merecem escrutínio. Transmitir uma doutrina era precisamente o que pareceria que Platão queria evitar, com sua forma dialógica, e é isso que atualmente queremos evitar, quando damos aulas de filosofia. O objetivo dos filósofos e professores de filosofia contemporâneos não é transmitir uma doutrina específica, mas mostrar como as diversas teorias divergentes foram se desenvolvendo para tratar certos problemas e como ele próprio constrói a sua teoria para tratar de certos problemas, com a intenção de que o estudante tenha, ele mesmo, no futuro, as capacidades para tratar os mesmos problemas, desenvolvendo sua própria teoria. Ainda que haja professores que apresentem a filosofia de forma mais dogmática, não dá para não apresentar as teorias divergentes quando damos aulas, pois qualquer teoria e seus argumentos só fazem sentido frente às possíveis objeções e teorias alternativas. E, mesmo que fosse possível ser puramente dogmático, isso seria uma

razão para ajustar o comportamento desses professores e não para eliminar a filosofia como algo ideológico ou inútil.

Tal como os acusadores de Sócrates não compreenderam bem a natureza da filosofia e de seu ensino, os nossos governantes atuais não compreendem o que é o ensino de filosofia e quais as vantagens de ter uma sociedade permeada pelo pensamento filosófico. Mas é realmente vantajosa uma sociedade permeada pela reflexão filosófica? Poder-se-ia dizer que, como a filosofia não tem doutrina específica e nem defende uma teoria específica frente a outras, ela nos leva a um impasse sobre quais são as teorias verdadeiras, de modo que ela nos leva a questionar nossos fundamentos sem nos ajudar a colocar algo no lugar. Assim, continuaria a objeção, destruiríamos a suposta fundamentação das nossas tradições e não teríamos nada para colocar no lugar senão o ceticismo e o niilismo, e esse não parece ser o caminho para a manutenção de nossa segurança social, política e econômica.

Primeiramente, temos de dizer que essa questão só pode ser respondida pela própria reflexão filosófica. Uma sociedade sem filosofia não é capaz de desenvolver uma resposta justificada a essa questão. Assim, tal sociedade nem saberia se a filosofia é ou não vantajosa, e qualquer decisão por exterminá-la seria meramente baseada em preconceitos, tal como está ocorrendo no Brasil. Ainda que possamos chegar à conclusão de que a filosofia nos leva a um estado de insegurança, essa conclusão tem de ser alcançada de modo filosófico e racional, e não de modo preconceituoso. Senão corremos o risco de cometer as mesmas injustiças cometidas pelos atenienses. Tal como no caso das autoridades atenienses, o que está em causa no Brasil, e em governos autoritários de modo geral, é uma falta de competência para entender o que é um problema filosófico e para responder às críticas advindas da filosofia. Se as autoridades adentrassem o debate filosófico e tentassem sustentar suas posições filosoficamente, eles criariam argumentos que fundariam valores e, conseqüentemente, cursos de ação. Esses cursos de ação poderiam até ser criticados, mas o que os governantes autoritários não compreendem é que são as críticas que dão a oportunidade para que soluções originais sejam criadas, que satisfaçam tanto os executores quanto seus críticos.

Em segundo lugar, a consequência da filosofia não é o ceticismo e/ou o niilismo, mas, de fato, a percepção da própria falibilidade e ignorância. Mas do fato de percebermos os limites de nossa investigação e do fato de a filosofia não fornecer respostas positivas finais aos nossos questionamentos, não se segue que devemos



abandonar todas as nossas crenças e valores. A filosofia nos fornece conhecimentos, mas esses conhecimentos são antes negativos – sobre o que não é consistente, sobre o que não pode ser o caso, sobre quais argumentos não funcionam – do que conhecimentos positivos sobre como as coisas são. Esse conhecimento negativo nos mostra que ainda não chegamos às respostas finais das nossas questões e que, portanto, nenhum de nós estabeleceu a verdade. Acabamos desenvolvendo nossas próprias posições, ao tentar pesar as diversas teorias e suas vantagens e desvantagens; nesse sentido, a maior parte dos filósofos sustenta alguma teoria ou algumas teorias com relação aos problemas filosóficos que investigam, mas não há concordância sobre qual teoria é a melhor. De fato, até o crítico ingênuo da filosofia tenta sustentar uma teoria (a de que a filosofia é inútil), porém faz isso com baixa qualidade, já que não possui as capacidades de argumentação e os conhecimentos teóricos que um filósofo profissional tem. Só se a filosofia estivesse espalhada pela sociedade que poderíamos esperar de qualquer cidadão tal nível de sofisticação na argumentação.

Como a filosofia não tem doutrina específica e tenta desenvolver a todas de modo profundo, consistente e sofisticado, qualquer partidário, de qualquer doutrina, pode utilizar da filosofia para fundamentar sua escolha política, econômica, jurídica, religiosa, ainda que ele próprio não tenha desenvolvido e nem refletido sobre tais teorias (ou mesmo que o tenha feito de modo ingênuo). A mera existência de filósofos que desenvolvem teorias, argumentos e objeções para tratar problemas filosóficos tem a virtude de sofisticar a defesa de qualquer posição assumida. Dessa forma, até aqueles que pensam que a filosofia deve ser exterminada da máquina pública, se estiverem numa sociedade com a proliferação da filosofia, terão argumentos contra a filosofia, advindos da própria filosofia – tal como também o terão aqueles que defendem a filosofia. Assim, a filosofia é vantajosa para todos que querem sustentar suas posições. E, de fato, desvantajosa para aqueles que não querem sustentar suas posições, para aqueles que querem agir sem qualquer fundamento, para aqueles cuja autoridade não se funda na legitimidade das razões.

Outra das críticas contra a filosofia é que ela é elitista. Essa é uma crítica mais econômica e política do que propriamente filosófica. A ideia por trás da crítica é que a filosofia é um curso para pessoas que não precisam se importar com o mercado de trabalho (dado que filósofos não são contratados para nada que não seja dar aula de filosofia) e que têm recursos para viver a vida refletindo sobre as coisas. A ideia é que o Estado deveria apenas investir nos cursos ligados ao mercado de trabalho, pois

seriam eles que deveriam ser aproveitados pela população mais pobre, que deveria ser o foco da preocupação estatal. Assim, investir na filosofia é um gasto de dinheiro público, que poderia estar sendo mais bem aproveitado no investimento em outros cursos.

A crítica é complexa, mas podemos começar a respondê-la por partes<sup>3</sup>. Primeiramente, de acordo com o *Censo da Educação Superior*<sup>4</sup>, a maior parte dos estudantes de filosofia (2% dos estudantes nas universidades federais) faz licenciatura, e os alunos das licenciaturas advêm, em média, das classes econômicas D e E. De acordo com o INEP<sup>5</sup>, em 2017, a faixa de renda familiar modal do estudante de filosofia do curso presencial foi de 1,5 salários mínimos. Dessa forma, não é o caso que são as pessoas com mais recursos que frequentam esses cursos. Poder-se-ia objetar que as pessoas pobres *não deveriam* estar frequentando tais cursos, mas deveriam entrar em cursos que prometam uma maior ascensão econômica mais rápido; mas falar tal tipo de coisa significa querer direcionar a profissionalização por meio da restrição pública a uma certa carreira acadêmica. Isso não parece ser governamentalmente adequado numa democracia plural, seja qual for nossa posição política – mais libertarianista ou mais comunitarista. Além disso, de fato, a filosofia, em seu nível de especialização máxima, representa ascensão social para esses estudantes das classes mencionadas, já que a profissão de professor adjunto em universidades públicas é razoavelmente bem remunerada (embora não o seja comparativamente aos servidores com a mesma formação na justiça, no legislativo, ou em certos ministérios do executivo federal). Contrariamente, se deixássemos o desenvolvimento da filosofia pelas elites econômicas, ela certamente não se desenvolveria, dado que essa elite não está ocupando, nas universidades, as cadeiras dos cursos de filosofia.

A crítica também pressupõe que a filosofia não tem utilidade externa à filosofia, ou, pelo menos, que os resultados alcançados pela filosofia são menos importantes do que aqueles resultados alcançados por áreas mais conectadas ao mercado de trabalho. Percebe-se também uma pressuposição injustificada sobre a natureza da própria universidade e sobre os resultados da filosofia. O que se pressupõe é que a universidade é um mecanismo de ascensão social e de especialização para o mercado de trabalho e

---

<sup>3</sup> Agradeço ao Prof. Dr. César Mathias de Alencar, cuja excelente aula inaugural de 2019, na Universidade Federal do Amapá, inspirou este parágrafo e os seguintes. Agradeço também aos seus comentários com relação ao restante do texto e aos comentários do Prof. Dr. Everton Puhl Maciel, colega da mesma universidade.

<sup>4</sup> Censo da educação superior. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/> Acesso em 2/5/2019.

<sup>5</sup> Enade: relatório síntese. Disponível em <http://download.inep.gov.br/> (p. 54) Acesso em 2/5/2019.

que os resultados da filosofia são meramente teóricos e não influenciam o desenvolvimento econômico.

Essa crítica demonstra um profundo desconhecimento da história do surgimento das diversas disciplinas acadêmicas e da própria universidade. Uma boa parte das disciplinas acadêmicas se desenvolveu como uma “empirização da filosofia”: 1. a física de Newton era chamada de “filosofia natural”, 2. as ciências cognitivas surgiram da união da neurociência com a filosofia da mente, 3. a química surge dos filósofos alquimistas e dos defensores da existência de *minima naturalis* (a parte da substância que, se dividida, não é mais da mesma substância), 4. a própria biologia e a meteorologia foram criações do antigo filósofo grego Aristóteles. E, de fato, as universidades não foram criadas com a intenção de satisfazer o mercado de trabalho, mas, antes, com a intenção de desenvolver a pesquisa. Atualmente, é claro, as universidades têm outros papéis; na verdade, a universidade brasileira contemporânea se sustenta no tripé: ensino, pesquisa e extensão; porém a pesquisa é a mais valorizada, dado que é dela que provêm todas as nossas teorias para explicar, para prever e para manipular a realidade. A intenção das universidades não é meramente o mercado de trabalho, mas antes descobrir a verdade sobre as questões investigadas e solucionar os problemas apresentados. É claro que não se descarta o mercado de trabalho, já que as universidades legitimam legalmente o acesso a certas profissões, mas esse é apenas um dos objetivos das universidades.

Além disso, é falso que a filosofia tenha consequências pífias no desenvolvimento econômico. Por exemplo, se aceitamos uma política econômica anticíclica, talvez tenhamos fundamentos keynesianos em nossas escolhas, e é a filosofia da economia e a filosofia política que fornecem os argumentos para uma visão mais *laissez-faire* ou para uma visão mais intervencionista do Estado. Além disso, a filosofia foi quem deu a sustentação racional para as críticas à sociedade colonial escravocrata brasileira ou às passadas sociedades fascistas alemã e italiana. Foi a filosofia também que fundamentou o cisma da Igreja Católica, a revolução francesa, a primavera árabe, a assinatura de certos tratados internacionais, entre outras mudanças significativas, que trouxeram um substantivo desenvolvimento econômico e social para a maioria da população mundial.

Mas reparem: não queremos dizer que a filosofia sustentou posições ou defendeu doutrinas que trouxeram mudanças. Isso seria contraditório com relação ao que dissemos anteriormente, de a filosofia não ter doutrina específica. Ela, de fato, não

tem. Ela apenas apresenta teorias e argumentos por *todas* as posições. Ela tanto forneceu argumentos contra sociedades nazistas e fascistas em geral quanto ofereceu argumentos a favor das mesmas; ela também forneceu argumentos contra regimes militares ditatoriais, mas também apresentou argumentos a favor.

De fato, a *República* ideal de Platão (1997) é um regime *aristocrático* (portanto não democrático), dividido em três classes de pessoas: os trabalhadores, os guardiões e os governantes. Os governantes seriam filósofos advindos da classe dos guardiões, e estes seriam os seguranças da cidade aonde o resto da população trabalharia para todos. A ideia é que apenas o filósofo é capaz de descobrir o que é o bem e, conseqüentemente, o que é o bem social; portanto apenas ele poderia governar de modo bom. O próprio regime militar brasileiro foi calcado em uma ideologia nacionalista específica, com uma certa noção de bem, de progresso e de desenvolvimento, que tinha conseqüências teóricas e práticas para as políticas econômicas. Se iremos ou não construir uma aristocracia platônica, um regime militar ditatorial, ou uma sociedade democrática e plural, a escolha, em última instância, é política, para além dos poderes da filosofia. O que a filosofia pode fazer – e o que ela de fato faz – é fornecer-nos razões a favor e contra a instauração dessas diversas sociedades possíveis e mostrar-nos as implicações éticas, políticas, estéticas, metafísicas, epistemológicas etc de cada uma delas. Além disso, a filosofia não é uma pessoa, mas uma disciplina investigativa; portanto ela não defende teses e nem sustenta posições; ela *tem* teses e posições em seu seio, e são as pessoas que as defendem – dessas pessoas, os filósofos são os que defendem com mais precisão, clareza e rigor suas posições filosóficas, mas eles não podem ser identificados com a disciplina da filosofia, tal como não podemos identificar um advogado ou pensador do direito com a totalidade da disciplina do direito.

Disso, podemos concluir que a filosofia, suas teorias, teses e argumentos podem ser usados para defender inúmeras posições, inclusive as que as nossas sensibilidades morais tomam como inaceitáveis. Será apenas com o desenvolvimento de uma investigação filosófica, que poderemos mostrar que, além de ser intuitivamente moralmente inaceitável, certa doutrina é também logicamente, epistemicamente, ou metafisicamente inaceitável. Evitar a filosofia não é o caminho adequado para rejeitar uma teoria filosófica. Se abominamos a interferência econômica da esquerda, ou se temos horror ao liberalismo econômico da direita, não é destruindo a filosofia que se destruirão as ideologias das quais temos horror. A filosofia nos dá a oportunidade de

mostrarmos por que tais teorias, além de causarem horror, são também falsas ou detêm profundas dificuldades.

Dessa forma, se é verdadeiro que a filosofia não tem uma doutrina específica e pode ser utilizada para sustentar e para criticar as mais diversas posições políticas, econômicas, religiosas, epistemológicas etc, além de ter profundas consequências tanto para a nossa visão de mundo quanto para o caminho do desenvolvimento político, econômico, cultural e social, sem ter de nos levar ao niilismo e nem ao ceticismo, mas antes à aceitação da própria falibilidade na investigação da verdade e a uma maior tolerância com relação às posições opositoras, então parece que as supostas desvantagens da filosofia não são realmente o caso. Além disso, a filosofia, como se insere em todas as disciplinas acadêmicas, em seu grau mais alto de desenvolvimento e sofisticação teórica, fornece contribuições essenciais para a fundamentação de cada uma dessas ciências, contribuições tão importantes quanto as dessas próprias ciências.

Além da contribuição acadêmica, da possível ascensão social das classes mais pobres, do aprimoramento das capacidades reflexivas e críticas dos estudantes e da sofisticação de nossa visão de mundo, teria a filosofia outras vantagens práticas, que a tornem essencial para a sequência de nossa sociedade?

### **3. Filosofia e Segurança Humana<sup>6</sup>**

Conforme dissemos, nossa intenção aqui não é somente mostrar que as críticas mais comuns à filosofia estão equivocadas, mas ir além, ao argumentarmos pela tese de que a filosofia é essencial para a manutenção da segurança humana. Mas o que seria segurança humana? Conforme entendida por Obuchi Keizo e Amartya Sen (2001b, 2002), a dedicação à segurança humana é a mensuração e o enfrentamento às ameaças à sobrevivência, à vida cotidiana e à dignidade humanas, por meio do investimento nas capacidades básicas para permitir uma vida boa. A ideia é que a noção de segurança não deve apenas focar na segurança do Estado; devemos nos ater à segurança do indivíduo de modo holístico (Mockus, 1999), que é justamente o que nos permite fazer o conceito de segurança abranger não só a segurança protetora, mas também a segurança social, a econômica e a política (sendo a protetora apenas parte da segurança social).

---

<sup>6</sup> Essa seção foi retirada de Cid (2010) e modificada.

Se temos a intenção de manter a segurança na nossa sociedade, devemos pensar a segurança como prevenção de desastres nessas áreas, reduzindo as inseguranças social, econômica e política. A primeira tem a ver com os meios que utilizamos para adquirir as capacidades necessárias para a vida digna em sociedade; a segunda, com os meios que utilizamos para produzir, comercializar, consumir e trabalhar; e a terceira com os meios que utilizamos para participar nas decisões públicas da comunidade. Uma sociedade na qual falta um sistema de saúde ou um sistema de ensino adequados, onde faltam acordos para a obtenção de bons trabalhos para seus cidadãos, ou onde faltam as estruturas para que os diversos grupos e indivíduos se relacionem e tenham voz política, é uma sociedade onde as pessoas têm menos segurança para viverem suas vidas dignamente.

A promoção da segurança de um povo pelo seu governo e pelo próprio povo ocorre por meio da formação da autonomia<sup>7</sup> dos indivíduos que formam esse povo e da facilitação justa e vantajosa dos diversos tipos de interações entre esses indivíduos. A facilitação é a promoção de estruturas que regulam as interações entre os indivíduos. A falha em desempenhar esses papéis enfraquece os valores sociais e a crença na justiça dos indivíduos expostos à insegurança (Rodrigues, 2006). E a insegurança, de qualquer tipo, se persistente, leva à justificação da falta de crença na justiça e a uma falta de capacidade de viver a vida pelos meios considerados legais (Vieira, 2007).

A autonomia de um indivíduo, para além das condições externas, é constituída por suas capacidades de interação social e de realizar decisões bem informadas dentro de um sistema social. Para obter tal coisa, certas capacidades essenciais devem ser adquiridas por todos os indivíduos, como as capacidades de: ler, escrever, fazer contas, entender as ciências e a tecnologia, entender e conseguir tomar decisões políticas e administrativas informadas e conscientes, entender o sistema legal e jurídico, ser hábil em alguma função, ter infraestrutura básica de saneamento, saúde, educação, emprego, acesso aos meios políticos e informações públicas, além de ter as suas próprias posições éticas, políticas e religiosas. A condição interna da autonomia é obtida por meio da aquisição de capacidades cognitivas, técnicas e éticas. Se as condições internas e externas da autonomia estiverem sendo cumpridas em uma pessoa, então essa é uma pessoa autônoma e sua segurança humana não está sendo violada, pois possui a capacidade para levar e continuar levando uma vida digna, além de passar essa vida adiante.

---

<sup>7</sup> Para outra abordagem do conceito de “autonomia”, ver, por exemplo, Sankowski (1998).

Uma sociedade segura, nesses termos, dá-se a partir da organização social e da participação da comunidade no que diz respeito às ações coletivas frente às diversas inseguranças que rondam a vida humana (Acero, 2002, 2005; Earls e Buka, 1993; Sem e Brundtland, 1999; Mockus, 1999). Enquanto a comunidade não for capaz de realizar o trabalho de análise e de decisão e não se der conta da importância disso para a manutenção da segurança (no que diz respeito à redução da corrupção, da ineficiência, da negligência e da desigualdade), teremos sempre possibilidades de violações da segurança humana, por meio do engano sistemático àqueles que não têm as capacidades relevantes. Aqui que a filosofia adquire seu papel essencial. A segurança humana só pode ser mantida, se os cidadãos tiverem as capacidades para se gerirem como sociedade. E isso só pode ser feito, conforme dissemos, se os cidadãos tiverem as capacidades cognitivas, técnicas e éticas adequadas. Mas como a filosofia ajuda nesse processo?

Primeiramente, devemos dizer que a filosofia não é a única que ajuda nesse processo. A educação como um todo, supostamente, tem o objetivo de formar cidadãos autônomos e capazes de gerenciarem a si mesmos e ao grupo, mantendo o trato social. A filosofia exerce um papel fundamental na obtenção de habilidades reflexivas e de conhecimentos das teorias filosóficas e das suas dificuldades, e isso constitui parte da condição interna da autonomia, pois esses conhecimentos permitem desenvolver uma visão de mundo racional e fundamentada, para guiar suas ações, sem negar o conhecimento das alternativas. Assim, exerce também importante função na manutenção da segurança da vida humana, evitando a desorganização social. Só uma pessoa autônoma, que toma suas decisões fundamentadas racionalmente, tendo o conhecimento das possibilidades alternativas, pode realmente se responsabilizar pela sua decisão. A filosofia pode evitar a insegurança social, através da transmissão das habilidades, conhecimentos, informações e, especialmente, de razoáveis princípios éticos<sup>8</sup>, que permitem a interação social sem a ocorrência de embates culturais agressivos. Com relação à segurança política, a filosofia é capaz tanto de passar princípios de tolerância a fim de evitar embate entre civilizações quanto o de disseminar as práticas e os conhecimentos necessários para o exercício da participação democrática e sustentável na vida pública da comunidade, além de permitir a aceitação

---

<sup>8</sup> “Razoáveis princípios éticos” são princípios que podem ser aceitos por pessoas que defendem 'concepções de bem' diferentes, como, por exemplo, a liberdade de consciência, a tolerância religiosa, a preservação do meio-ambiente, e semelhantes. O termo “razoabilidade” foi muito bem trabalhado por John Rawls (2001) e utilizado no contexto educacional por Cid (2010).

ou a rejeição informada das posições, decisões e ações políticas. E com relação à insegurança econômica, ela nos leva a refletir sobre a fundamentação das diversas teorias econômicas, fornecendo-nos a possibilidade de uma decisão mais informada na escolha do modelo econômico preferido para fazer previsões.

Não quero indicar que a filosofia é condição suficiente para a manutenção da segurança humana, mas afirmo com certeza ela é condição necessária. Um determinado indivíduo ou grupo de pessoas que não reflete sobre suas posições políticas, éticas, metafísicas, epistêmicas e estéticas tem sua vida empobrecida automaticamente, pois são reduzidas suas capacidades para decidir entre alternativas de vida. Afinal, assim como um cego não consegue realizar coisas que utilizem a visão, uma pessoa que não sabe refletir sistematicamente, que não conhece a lógica dos argumentos e nem a diversidade de teorias da filosofia não poderá tomar decisões informadas com relação a questões éticas, políticas, econômicas, religiosas etc. É possível objetar aqui que decisões religiosas não devem ser tomadas racionalmente, mas antes emotivamente. Isso até pode ser o caso, mas é argumentável que, com relação às posições filosóficas possíveis, é preferível saber mais do que saber menos, mesmo que tomemos a nossa decisão emotivamente. E, de todo modo, não creio que isso seja argumentável para questões políticas e econômicas, que devem ser sustentadas por boas razões, e não emotivamente. Se devemos ou não ameaçar a China de não mais exportar certos produtos para eles, isso deve ser decidido a partir de um cálculo político e econômico, que se funda, entre outras coisas, em posições filosóficas que assumimos para explicar as relações entre os Estados no cenário internacional – por exemplo, se aceitamos o realismo ou o idealismo na filosofia da política internacional. Sem a filosofia, nossa liberdade de escolha para questões teóricas e para questões práticas é bastante reduzida.

Isto é um empobrecimento justamente pelo fato de restringir a liberdade de uma pessoa de viver dignamente em sociedade e de participar de suas decisões públicas *consciente das alternativas*. E é um empobrecimento ainda mais perverso pelo fato de restringir a capacidade de adquirir capacidades e de aproveitar oportunidades. A pobreza e a exclusão são multifacetadas em suas restrições de capacidades e formam um círculo vicioso justamente por isto: as restrições de capacidades básicas simples geram restrições de capacidades para adquirir capacidades (Sem e Brundtland, 1999). Assim, a subnutrição diminui a capacidade de adquirir conhecimento/habilidade, a falta de conhecimento / habilidade diminui a capacidade de obter um bom emprego, a



falta de um bom emprego diminui a capacidade de obter uma boa renda, a falta de uma boa renda diminui a capacidade de obter boa educação e alimento, o que, por sua vez, diminui a capacidade de participação política e, conseqüentemente, a capacidade de mudar as próprias condições e de seus descendentes. A falta da filosofia numa sociedade reduz significativamente as possibilidades de os cidadãos adquirirem outras capacidades, a saber, a falta de capacidade de reflexão filosófica e a falta de conhecimento sobre os problemas filosóficos e suas teorias reduz a capacidade de pensamento crítico e a de compreensão de argumentos, reduzindo também a capacidade de ver as implicações das posições que assumem, dirimindo, conseqüentemente, sua capacidade de fundamentar a própria visão de mundo. Isso, por vezes, faz o cidadão agir em desconformidade com aquilo que ele gostaria que ocorresse e o faz defender posições cujas implicações divergem de suas necessidades e vontades.

A educação vista apenas por um viés tecnicista, excluindo disciplinas humanas, como a filosofia, não efetiva todas as suas potencialidades com relação à segurança e à redução de desigualdades; e, por isso, acaba sendo uma má educação. Atualmente, o que temos é que, enquanto as disciplinas naturais e exatas fornecem uma série de capacidades importantíssimas e bastante relevantes no que diz respeito ao desenvolvimento de técnicas, tecnologias e conhecimentos sobre as coisas do mundo, as disciplinas humanas nos dão os conhecimentos necessários para entendermos a nós mesmos no mundo – nossa histórias, nossas relações sociais, nossa visão de mundo. Em especial, é a filosofia que nos ajuda a construir a nossa visão de mundo.

Mas o que é e qual a relevância de adquirir uma visão de mundo? Na verdade, todos nós temos uma visão de mundo, tendo ou não estudado filosofia. Nossa visão de mundo é composta de nossas crenças sobre a constituição do mundo e de suas partes, sobre a nossa posição no mundo, sobre os valores éticos e políticos que devemos assumir, sobre a possibilidade e o modo de aquisição de conhecimento, sobre o sentido da vida, sobre a vida após a morte e antes do nascimento, sobre a existência da divindade, entre outras coisas. E podemos adquirir essas crenças de diversas maneiras, como, por exemplo, por tradição.

Podemos ter uma visão de mundo adquirida por tradição, mas o problema – para além da falta de fundamentação e de conhecimento sobre as alternativas – é que existem muitas visões de mundo diferentes, dado que vivemos numa democracia plural. A filosofia nos ajuda a refletir sobre essas diversas visões de mundo e nos

apresenta as vantagens e as desvantagens de cada uma delas. Assim, a escolha de uma visão de mundo por aquele que estudou filosofia tem muita probabilidade de ser uma escolha mais bem informada do que a de um não filósofo. Um filósofo contemporâneo, do qual não lembramos o nome, disse algo que expressa muito sobre essa disciplina acadêmica: na filosofia, importa menos o que você está defendendo do que como você está defendendo aquilo que está defendendo. Além disso, como se busca a verdade, a filosofia estimula a honestidade intelectual e uma atenção caridosa a quaisquer argumentos opostos. Dessa forma, a filosofia estimula algo essencial para a segurança humana em regimes democráticos, que é a razoabilidade.

A razoabilidade é um conceito desenvolvido por John Rawls (2001, p. 22, nota) em sua filosofia política:

(1) Pessoas razoáveis não afirmam todas a mesma doutrina abrangente. Diz-se que isso é uma consequência do 'ônus do julgamento'. (2) São afirmadas muitas doutrinas razoáveis, das quais nem todas podem ser verdadeiras ou corretas, julgadas a partir de qualquer doutrina abrangente. (3) Não é irrazoável afirmar nenhuma das doutrinas abrangentes razoáveis. (4) Outros que afirmam doutrinas abrangentes também são razoáveis. (5) Ao afirmar nossa crença numa doutrina que reconhecemos como razoável, não estamos sendo irrazoáveis. (6) As pessoas razoáveis pensariam que seria irrazoável usar o poder político, se o tivessem, para reprimir outras doutrinas que sejam razoáveis mas diferentes da sua.

A ideia aqui em causa é que a filosofia promove a razoabilidade e a honestidade intelectual, pois, em seu ensino, são apresentados os problemas filosóficos e as várias teorias diferentes que os tentam resolver. Diferentemente das outras disciplinas do ensino básico, a filosofia não é ensinada de modo dogmático. Quando aprendemos matemática na escola, somos levados a crer que a única geometria correta é a euclidiana, porém, quando temos aulas numa faculdade, percebemos que há mais de um tipo de geometria, aplicáveis em casos diferentes. Contrariamente, tanto quando aprendemos filosofia nas escolas quanto quando a aprendemos nas universidades, somos levados a pensar, por exemplo, sobre quais coisas são corretas, sem que o professor determine quais são de fato as coisas corretas; ele somente apresenta quais foram as teorias construídas para falar sobre o assunto e as dificuldades que cada uma delas enfrenta.

Assim, a filosofia não é de esquerda e nem de direita, não é atéia nem teísta, não é a favor e nem contra o direito ao aborto, não é contra e nem a favor do Estado. A filosofia é a favor da verdade, da busca pelo conhecimento, da sabedoria. Ela não ensina uma ou outra doutrina, mas debate sobre todas, tentando encontrar seus

fundamentos, com lógica e pensamento crítico. E como ela busca a verdade, ela não é um mero debate sofisticado em que os debatedores desejam vencer, mas ela é uma conversa entre pensadores que começam discordando e colocando objeções uns aos outros, a fim de aprimorarem suas teorias ou de as abandonarem em favor da verdade.

Sem a filosofia, as visões de mundo serão mais superficiais e as decisões éticas e políticas não serão bem fundamentadas. Além disso, como nenhuma das outras ciências ensinadas exigem do estudante que ele tenha um pensamento crítico com relação aos fundamentos dessas ciências, isso não seria estimulado nos jovens. Jovens com pouco pensamento crítico sobre os fundamentos de qualquer área serão presas fáceis de doutrinadores; e doutrinadores não estimulam a autonomia, mas antes a crença e a obediência acríticas. Crença e obediência acríticas levam certamente à insegurança política, pois usa-se de ideologia para levar as pessoas a concordarem com coisas que as prejudicam. Como a política está intimamente envolvida com questões econômicas, o prejuízo político também gerará insegurança econômica. E a falta de razoabilidade gerada em uma sociedade sem filosofia também tem sérios prejuízos para a segurança social; afinal, pessoas que não são razoáveis têm a tendência de reagir agressivamente a violações de suas concepções de bem. E isso certamente não manterá a sociedade segura. Não é a filosofia que traz insegurança, mas antes a falta dela. Sem filosofia, o que está à espreita é o autoritarismo e a barbárie.

### **Referências**

Acero Velásquez, H. *Seguridad y convivencia en Bogotá: logros y retos 1995 – 2001*. In: Casas Dupuy et alii. *Seguridad Urbana y policía em Colombia*. Bogotá: Fundación seguridad y democracia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Los Gobiernos locales y la seguridad ciudadana*. Fundación Seguridad & Democracia, 2005. Disponível em <http://www.comunidadyprevencion.org/> Acesso em 01/07/2008.

Cid, R. *Reduzindo as desigualdades sociais: as capacidades na manutenção da segurança humana*. In: *Páginas de Filosofia*: vol. 2, n. 2, 2010.

Earls, F.; Buka, S. *Early Determinants of Delinquency and Violence*. In: *Health Affairs*: edição de inverno, 1993.

Mockus, A. *Armonizar ley, moral y cultura: cultura ciudadana, prioridad de gobierno con resultados en prevención y control de violencia en Bogotá, 1995-1997*. In: *Programas municipales para la prevención de la violencia*. Brasil 1999. Disponível em <http://idbdocs.iadb.org/> Acesso em 1/8/2008.

- Moraes, D.J. *Sócrates, a filosofia e a cidade*. In: *Pólemos*: vol. 7, n. 13, 2018.
- Patten, C.H. *Valuing Civics: Political Commitment and the New Citizenship Education in Australia*. In: *Canadian Journal of Education*: vol. 29, n. 2, 2006.
- Plato. *Complete Works*. 14 ed. Ed. J.M. Cooper. Cambridge: Hackett Publishing C., 1997.
- Print, M. *Citizenship Education and Youth Participation in Democracy*. In: *British Journal of Educational Studies*: vol. 55, n. 3, 2007.
- Rawls, J. *O Direito dos povos*. Trad. L.C. Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- Rodrigues, C. *Civil Democracy, Perceived Risk, and Insecurity in Brazil: An Extension of the Systemic Social Control Model*. In: *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*: vol. 605, 2006.
- Sankowski, E. *Autonomy, Education, and Societal Legitimacy*. Philosophy of Education Society, 1998. Disponível em <http://www.ed.uiuc.edu/> Acesso em 1/8/2008.
- Sen, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. L.T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Desigualdade reexaminada*. Trad. R.D. Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *Why Human Security?* In: International Symposium on Human Security, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Introductory text for workshop Basic Education and Human Security*. Kolkata: Commission on Human Security, Unicef, the Pratichi Trust, Harvard University, 2002.
- Sen, A. e Brundtland, G.H. *Breaking the Poverty Cycle: Investing in Early Childhood*. Inter-American Development Bank, 1999.
- Vieira, O.V. *Inequality and the Subversion of the Rule of Law in Brazil*. In: *Working Paper 84*. Center for Brazilian Studies, University of Oxford, 2007.